

AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO INDÍGENA EM MANAUS

Ademir dos Santos Menezes¹

RESUMO: O presente artigo busca compreender a motivação do contato entre indígenas e não indígenas, os fatores de migração e processos de urbanização, assim como os motivos de permanência dos indígenas na cidade de Manaus. Desenvolve a ideia de contato como interesse de ambas as partes, indígenas e não indígenas, resultando em um processo de migração e urbanização. Segue-se buscando em publicações os fatores de atração, uma etnografia urbana das principais aglomerações na cidade de Manaus, assim como discute os principais problemas que resultam desta urbanização. Por fim, sugere uma leitura do motivo da permanência desses indígenas na cidade diante as dificuldades enfrentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas; Contato; Migração; Urbanização; Manaus.

TRANSFORMATION AGENTS: THE INDIGENOUS URBANIZATION PROCESS IN MANAUS

ABSTRACT: This article seeks to understand the motivation of contact between indigenous and non-indigenous persons, migration factors and urbanization processes, as well as the motivations for permanent residency of indigenous persons in the city of Manaus. It also develops the idea of contact as being the interest of both parties, indigenous and non-indigenous, resulting in migration and urbanization. Using various bibliographies, this article also seeks the factors of attraction, urban ethnography of the main settlements in the city of Manaus, as well as discusses the main problems resulting from urbanization. Finally, it suggests an additional reading source, in order to discover the motives for the permanency of these Indigenous in the city, despite the difficulties they face.

KEYWORDS: Indigenous; Contact; Migration; Urbanization; Manaus.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas os fenômenos da migração e urbanização indígena tem chamado a atenção tanto da antropologia como da sociologia. Fenômenos estes que geram uma complexidade de resultados, desde a saída de suas terras até os conflitos na cidade. Mas o que leva o indígena a sair de suas terras e viver na cidade? E ainda em meio a tantos conflitos e dificuldades permanecer, uma vez que não é obrigado a deixar sua terra de origem e muito menos obrigado a permanecer na cidade em meio às dificuldades?

Nesta direção, usando ferramentas antropológicas e etnográficas, baseada em uma pesquisa quantitativa e qualitativa, buscou-se nos dados bibliográficos informações sobre os fenômenos migratórios resultando em urbanização e permanência.

¹ Especialista em Antropologia Intercultural. E-mail: cowboy.povos@gmail.com



Desta forma, o objetivo deste trabalho é investigar as causas da urbanização e permanência dos indígenas nas cidades, tendo em vista o crescimento do fenômeno nacional e, em particular, na cidade de Manaus. Levantando questionamentos como as dificuldades enfrentadas por estes ao chegarem na cidade, após sua instalação, quais são os desafios e porque persiste no meio urbano.

Este artigo se propõe a contribuir com a antropologia e sociologia, apresentando dados recentes e possível releitura dos processos de urbanização indígena. Compreender um pouco da realidade indígena nos grandes centros, leva a um melhor relacionamento social uma vez que entender o outro e seus motivos quebra estereótipos levando a um olhar mais humanizado.

Por fim, a presente pesquisa tem um caráter descritivo, através de uma análise bibliográfica fundamentada em livros, artigos científicos, sites relacionados com o assunto, buscando os principais teóricos que abordam a questão dos indígenas em Manaus. O trabalho será desenvolvido abordando primeiramente o contato e seus interesses, em seguida as migrações e o processo de urbanização. Na sequência será tratado especificamente o caso de Manaus, buscando os fatores de atração, os principais problemas encontrados e principais problemas resultantes. E, por fim, busca-se a compreensão do motivo de permanência dos indígenas na cidade.

O PROCESSO DO CONTATO

Existe uma complexidade sobre o tema do contato interétnico, sendo este analisado por vários prismas. No início da antropologia no Brasil as análises continham um viés muito forte da tradição norte americana com um cunho mais culturalista influenciando suas interpretações sobre este contato. Embora seja um tema complexo, Cardoso de Oliveira (1996), na década de 1960, abordou o assunto em uma linha de cunho mais sociológico a partir da tradição britânica e desenvolveu sua teoria de “fricção interétnica”, mudando o ponto de partida de uma análise cultural para um foco nas “relações interétnica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972). Como ele bem pontuou,

o contato entre grupos tribais e segmentados da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituosos, assumindo esse contato muitas vezes proporções “totais”, isto é, envolvendo toda a conduta tribal e não-tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica. Entretanto essa “situação” pode apresentar as mais variadas configurações, todas elas definidas pelas características anteriormente mencionadas. Desse modo, de conformidade com a natureza socioeconômica das frentes de expansão da sociedade brasileira, as situações de fricção apresentarão aspectos específicos (1996, p.174).



Crítico quanto aos estudos culturalista, voltado à descrição e explicação do contato interétnico (1972, p.85), ele diz: “pois quanto ao fenômeno do contato não se podia penetrar em suas estruturas cruciais possuindo assim algumas restrições” (1996, p. 41).

Para Galvão, o contato não se limita somente a sociedade nacional e tribal. Ele expõe pelo menos três ondas migratórias que geraram contato entre povos, como por exemplo, os Aruak que ocupando o Rio Negro dominaram as tribos mais simples. Uma segunda onda pelos Tukano ocupando o Rio Uaupés que foram influenciados pelos Aruak e a terceira onda pela sociedade cabocla nacional que é a cultura resultante de europeus com indígenas e que tem se expandido do Rio Negro para o Rio Içana-Uaupés (GALVÃO, 1979, p.147-152).

Embora haja vários fatores que cooperem com o fenômeno do contato, Cardoso de Oliveira destaca três elementos que potencializa este evento, chamado por ele de “potencial de integração”, e cria um modelo de análise dos “mecanismos de integração social”, sendo estes fatores “econômico, social e político” (1972, p.88-89). Dentro do fator econômico destaca-se o grau de dependência mútua uma vez que um contém a matéria prima e outro os bens manufaturados. No nível social, a capacidade da organização dos grupos para orientações necessárias a suas demandas e, no nível político, os meios escolhidos pelos grupos visando seus alvos a serem alcançados (1972, p.89-93). Cardoso de Oliveira enfatiza o primeiro fator e diz haver três categorias econômicas que se destacam com relação à sociedade nacional em direção à sociedade tribal, gerando uma situação de fricção interétnica, sendo elas, as economias extrativista, agrícola e pastoril. Cada uma integrando ou destruindo o indígena segundo a sua dinâmica pioneira (1996, p.174-177). Ainda dentro dos motivos do contato, ele continua afirmando que: “a base do sistema interétnico está na conjunção de interesses econômicos: o índio procurando obter bens manufaturados [...] e o branco procurando se apossar do território e/ou da mão de obra indígena” (1976, p.59).

Vemos então de maneira notória que este novo fenômeno dentro da realidade indígena, o que Cardoso de Oliveira chamou de advento da mercadoria e que hoje é abordado como economia de mercado, é “suficientemente poderoso para vir a se constituir na ‘ponte cultural’ entre dois mundos estruturalmente diversos e historicamente antagonicos” (1996, p.112).

Discorrendo sobre o contato interétnico, Galvão nos chama a atenção para alguns resultados deste contato, dentre eles o interesse dos indígenas nas inovações. Interesses em adquirir mercadorias feitas pelos brancos que são de suas utilidades e que para obtê-las “recorrem ao escambo de seus produtos agrícolas ou alugam seu braço nos campos da



indústria extrativa” (1979, p.142). Analisando alguns casos de expansão da sociedade nacional sobre os territórios indígenas, Cardoso de Oliveira diz que o resultado desse contato gera “depopulação, desorganização tribal, desagregação e dispersão das populações tribais” (1996, p.47).

Este fenômeno de contato e o avanço do mundo novo em direção ao habitat natural dos indígenas, como no caso dos Tikuna, leva ao viver entre dois mundos, não só no aspecto geográfico, mas também em suas visões e valores. “Esse mundo lhes inculca um sentido ambivalente diante de si mesmos e da sociedade regional, legando-lhes uma situação marcada pela ambiguidade” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p.140). Com isso, o indígena passa a encurtar a distância entre esses mundos e passa a adotar novos status, como o “status intergrupar”, que seria um processo da sua integração na sociedade nacional. Neste caso, ele mostra três vieses que são utilizados no Alto Solimões: o status de crente, o de reservista e o de eleitor. Sendo que para eles estarem inseridos em alguma dessas três categorias é ter o status de branco ou ser igual ao branco, tornando assim uma das modalidades de caboclisto (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 135-139).

Uma vez tendo estabelecido o contato, a partir de certo momento ele se torna irreversível, isto é, “quando aqueles bens alienígenas se tornam necessidades insubstituíveis, criando uma dependência definitiva do índio à sociedade nacional” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p.59). Este contato que vem a ser um pouco mais contínuo leva a trocas simbólicas gerando o que Bernal (2009, p.165) se refere como “reconformação”. Quando o indígena passa a viver no novo mundo, além da visão étnica ele começa a ter também a visão de classe em relação à sociedade nacional. Em “O índio e o mundo dos brancos” (1996 [1964]), Cardoso de Oliveira dizia que no alto Solimões o contato começava a penetrar na segunda fase. Tendo em vista a presença dos indígenas próximos ou dentro da cidade, o branco olhando pela dinâmica do contato interétnico tem tanto a consciência étnica como a de classe com relação ao indígena, ao passo que os Tikuna possuem apenas a consciência étnica embora já deem indícios da emergência da consciência de classe (1996, p.148).

O contato uma vez sendo feito pelos motivos apresentados, ou outros quaisquer, frequentemente leva o indígena a um processo de migração, onde deixa seu local de origem e se arrisca nas ilusões ou desilusões desse mundo novo.



MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO INDÍGENA

As migrações indígenas, embora em primeira instância fossem precedidas pelo fator econômico, fruto do contato e que agora passa a fazer parte de sua cultura, não é o único fator motivador na atualidade. O contato despertou no indígena o interesse de obtenção de bens manufaturados, desembocando assim em várias causas migratórias. Como exemplo, Galvão diz: “Parte dos índios ‘maloqueiros’, pela dependência em que vivem de produtos comerciados pelos civilizados, [...] são compelidos a abandonar suas aldeias para fixar-se junto aos povoados e centros de indústria extrativa” (1979, p.121). O autor tece uma crítica ao fenômeno, dizendo que este, em muitos casos, leva o indígena a ter uma vida de escravidão em dívidas, das quais com muita dificuldade consegue sair. Esta relação foi bem debatida posteriormente tendo em vista que o indígena também é agente do processo. Assim sendo ele se submete em função de seus interesses, mesmo sem ser obrigado a contrair as dívidas ele escolhe fazer. Certo que não são relações justas, mas não entrarei aqui nessas questões, basta por agora ressaltar que o indígena não somente vai em busca do produto desejado como também migra devido seus interesses, fixando assim moradia até mesmo na cidade.

No artigo “As migrações entre os Sateré-Mawé, povo indígena da Amazônia Brasileira”, Teixeira e Rodrigues de Sena (2008) nos chama atenção para o século XX, onde ocorreram intensas mudanças no Brasil na área econômica e social, gerando impactos sobre as migrações dos Sateré-Mawé. As mudanças ocorridas no país não deixaram de afetar os lugares remotos, neste contexto do êxodo rural de forma geral afirmam que:

Dando-se ao mesmo tempo que o processo de urbanização, o progresso técnico facilitou a comunicação entre grupos populacionais, criando as condições econômicas e operacionais que levaram à mudança de milhões de pessoas das áreas rurais para as cidades próximas, num primeiro momento, e para as cidades maiores e as aglomerações urbanas, em seguida (2008, p.4)

O progresso industrial não foi o único fator gerador das mudanças que influenciaram os processos migratórios. Os autores seguem dizendo que há outro fenômeno que vem se intensificando nas terras indígenas, que a partir do final do século 20 começou a se manifestar: “a influência da economia monetária sobre a economia local, repercutindo no universo social e cultural dos Sataré-Mawé”. O que os leva a buscarem profissões diversas que antes não havia em seu cotidiano, como também a aposentadoria, sendo ambos fatores importantes na busca pela moeda (2008, p.4). Neste não há um interesse pelo acúmulo de dinheiro, se não em adquirir as mercadorias que lhe interessam.



A migração é resultado do contato e acontece gradativamente. Ela pode acontecer das cabeceiras dos igarapés para as proximidades da foz dos igarapés e de lá para os rios navegáveis. Também da aldeia para um vilarejo, do vilarejo para pequenas cidades interioranas e daí para os grandes centros urbanos, não obedecendo necessariamente esta sequência. Teixeira e Rodrigues de Sena sugerem dois fluxos migratórios entre os Sateré-Mawé: o fluxo interno e a migração para as cidades próximas. Sobre o primeiro ao analisar as mudanças de residência, ou seja, o fluxo migratório dentro das terras indígenas ele diz que “podem ocorrer de uma aldeia para outra numa mesma área [...], entre áreas diferentes da mesma terra indígena [...] ou, ainda, entre terras indígenas” (2008, p.4). Variando assim as características de área para área, tempos diferentes e motivações diversas. O indígena mesmo em sua terra de origem está em mobilidade gerada por interesses. Já no segundo caso, das migrações para cidades, eles dizem: “A migração para as cidades vizinhas das terras indígenas enquadra-se no processo de crescimento urbano brasileiro de várias décadas, o qual dá-se mais lentamente nas áreas de melhores condições econômicas do país” (2008, p.7).

Em outro artigo, “Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia”, Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009), discorrendo ainda sobre o assunto de migração, reforçam sobre as mudanças que ocorreram no país, e dizem que:

Os determinantes desse significativo deslocamento estão relacionados aos contatos cada vez mais intensos com a população não-indígena, proporcionados, por sua vez, pelo acesso crescente aos meios de informação e pela relativa facilidade de locomoção. Esses fatores determinantes relacionam-se não apenas com as mudanças que ocorreram e ocorrem na sociedade envolvente, como também com as transformações econômicas, sociais e culturais no interior das comunidades indígenas, tendo como pano de fundo a degradação das condições de subsistência nos territórios onde elas se situam (p.535).

Ainda de acordo com este artigo, com o progresso e o acesso aos meios de comunicação sendo disponíveis a todos, assim como uma logística mais facilitada e isso inclui as áreas indígenas, fazem com que o acesso às cidades seja mais viável, o que se torna um meio de referência para buscar satisfazer necessidades novas e antigas.

Não foram poucos os processos migratórios que ocorreram no século 20 e isto não foge da realidade dos indígenas que migraram do Nordeste para outras regiões. Devido à seca e falta de trabalho, migraram para lugares como o Sudeste e até mesmo para a Amazônia e periferias de cidades em todas as regiões do país. Em seu artigo “Migração Xukuru do Ororubá: São Paulo e o Sul (1950-1990)”, Monte (2010) demonstra que o caso dos indígenas



Xukuru faz parte desse processo e às vezes até são confundidos com caboclos ou sertanejos flagelados pela seca. Diz também que alguns dos fatores determinantes desse êxodo rural são “a mecanização das atividades no campo, a falta de terras e água para plantar, os intermináveis conflitos com os grandes proprietários e fazendeiros, e a política de ‘olhos vendados’ dos administradores públicos (MONTE, 2010, p.3).

Ainda no caso dos Xukuru eles buscaram alternativas para enfrentar a “fome e os mandos e desmandos dos fazendeiros da região, tradicionais invasores das terras do antigo Aldeamento de Cimbres” (2010, p.3). Buscavam o trabalho para fugir da miséria e estavam determinados a seguir em frente. Monte relata que poucos conseguiam trazer alguma economia para casa, ainda que um ou outro tenham conseguido ganhar a vida e até aposentar. Neste caso a busca pela sobrevivência e alternativas devido à escassez e conflitos locais levaram à migração.

Cardoso de Oliveira (1996), sobre as migrações dos Tikuna, também relata vários fatores que culminaram neste processo, sendo um deles o conhecimento que possuíam de outras áreas Tikuna. Afirma que: “tal conhecimento estimula de certa maneira os movimentos migratórios, pois indica os lugares mais favoráveis à futura moradia” (p.80). Em outros casos sugere que o interesse pela moeda fazia com que os indígenas buscassem alternativas fora do barracão de troca. Os patrícios dos grandes rios levavam consigo uma quantia e mostrava aos indígenas dos igarapés, que ficavam fascinados pela moeda. Seduzidos assim, tentavam descer o igarapé ao invés de fazer a troca no barracão, pois queriam vender suas mercadorias por dinheiro. Isto contribuía para saída de muitas famílias Tikuna (p.133-134).

O mesmo autor, seguindo a linha de Maurício Vinhas de Queiroz, ainda fala de outro fator migratório que é o messianismo Tikuna, concluindo que:

Os grandes êxodos dos igarapés [...] foram devidos a tais movimentos messiânicos. E a principal onda migratória que a “reserva indígena” de Mariuaçu recebeu foi também devida a estas compulsões, atraindo os Tükúna ao abrigo dos “patrões” e liderados pelo encarregado do posto, o célebre Manelão, transformado em líder carismático (1996, p.127).

Segundo Azevedo, em seu artigo “Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas” (2006), nos anos de 1970 e 1980 dois acontecimentos marcaram profundamente as comunidades indígenas daquela região. O primeiro foi “o processo de fechamento dos internatos salesianos” entre 1984-1987 em Pari-Cachoeira no Tiquié,



Iauaretê e Taracua no rio Uaupés e Assunção no rio Içana. As famílias indígenas se viram obrigadas a mudar-se para as missões e, principalmente, para a cidade, para possibilitar aos seus filhos o acesso às escolas, e a cidade e os centros missionários começam a ter um grande crescimento populacional, processo este que continua até hoje em dia (2006, p.3).

O segundo, a partir dos anos de 1990, que teve por parte do governo, “os assentamentos agrícolas na região peri-urbana, com a abertura de novos bairros e a doação para as famílias indígenas de lotes nesses bairros” (AZEVEDO, 2006, p.3). Fazendo com que várias famílias migrassem assim para a cidade.

Em sua pesquisa das 600 comunidades indígenas baseadas no banco de dados do ISA de 1996-2002, conclui que 34% perderam população, 35% ganharam população, mas 21% deixaram de existir e que 10% eram comunidades novas. Segundo esta autora, muitos rios e trechos de rios “tiveram uma queda na população total, indicando uma possível migração em direção à cidade de São Gabriel da Cachoeira e aos centros missionários” (2006, p.9). Algumas destas migrações são também por buscas de escola, trabalho ou devido a conflitos nas comunidades.

Embora o fator econômico tenha gerado interesses no indígena, este agora é o agente que busca satisfazer-los, resultando assim, em migrações. Vários são os motivos, e também a extensão, sendo internos ou externos à sua cultura. Migrações estas que tem chegado até os grandes centros e chamado a atenção para um olhar diferente para o indígena migrante, pois muitos ao chegarem a cidade enfrentam vários tipos de problemas decorrentes. Agora já não estão mais em suas terras e conseqüentemente são novos desafios, instalados em suas aldeias urbanas.

Um fenômeno decorrente dessas migrações é a quantidade de indígenas vivendo no meio urbano. Segundo dados preliminares do Instituto Socioambiental (ISA, 2012), em 2012 havia no Brasil 896,9 mil indígenas, dos quais de 315.180 viviam em áreas urbanas (IBGE, 2010). Estes números nos chamam a atenção para o fenômeno migratório, principalmente para as cidades. O que nos leva a questionar causas e problemas decorrentes.

O CASO MANAUS

Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009), analisando a migração como um todo, afirmam que “a capital do Amazonas, Manaus, constitui o destino preferido dos migrantes interioranos desse Estado, quando se considera o conjunto da população (indígenas e não-indígenas)” (p.535).



O censo do IBGE em 2010 constatou que havia 1.802.014 de habitantes na cidade de Manaus, com estimativa para o ano de 2015 de 2.057.711, indicando assim um crescimento considerável da população. Grande parte deste crescimento acontece devido ao êxodo rural para as cidades, incluindo também a população indígena.

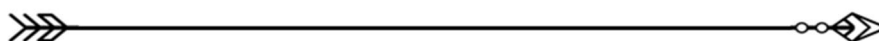
De acordo com o mesmo senso, estima-se que há 3.837 indígenas vivendo na cidade de Manaus, havendo assim uma queda segundo o senso do ano de 2000, que constatava 7.787 indígenas. Não há consenso entre as associações que atuam com esses povos na capital. De acordo com a COIAB – Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, os dados variam entre 15.000 a 20.000 indígenas em Manaus (Mainbourg et al, 2002, p.2). Peixoto e Albuquerque (2007) já falam de dados um pouco mais elevados, dizendo haver em Manaus cerca de 30 mil indígenas.

Histórico da Urbanização Indígena em Manaus

Até onde se sabe, os atuais processos de urbanização indígena na capital amazônica foram protagonizados pelos Sateré-Mawé. As migrações do povo Sateré-Mawé para Manaus ocorreram a partir do ano de 1967, segundo Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009), que também dizem: “Foi nas décadas imediatamente anteriores a 1990 que chegou a Manaus a maioria dos migrantes da cidade. Os anos setenta e oitenta presenciaram um crescimento populacional da cidade extraordinário e inédito, com uma média anual de aproximadamente 6,5%” (p.540).

Embora houvesse movimentos migratórios nos séculos XIX e XX na época da borracha, foi pela instalação da zona franca de Manaus que a migração passou a ser um movimento contínuo. Os autores citam Romano, que em sua dissertação de mestrado no ano de 1982 contabilizou 88 indígenas pertencentes aos Sateré-Mawé morando em Manaus. Já no ano de 2008 estimavam um número entre 600 a 700 indígenas desta etnia (p.540). Diante disso observa-se um processo crescente no movimento migratório desse povo em direção à cidade, fenômeno que iniciou tempos atrás, mas que ganha uma certa constância.

Já no caso do Tikuna, Silva (2013) relata sobre os primeiros desta etnia que migraram da Aldeia Indígena de Umariáçu II, localizada no município de Tabatinga, para a cidade de Manaus. Isto ocorreu em 1982, quando decidiram deixar a aldeia para tentar a vida na capital. No ano de 1989, após sete anos da saída dos primeiros Tikuna, mais famílias se deslocaram para a cidade (p.43-44). E somente em 1994 que a Comunidade Tikuna Wotchimaücü foi criada no bairro Cidade de Deus (p.30).



Este processo de migração para Manaus não se deu somente em grupos, que chegaram à cidade e se instalaram de forma conjunta, mas também individualmente e após tempos de moradia buscaram alguns parentes. Bernal (2009, p.173) cita como exemplo deste processo de migração, o caso de Victória, oriunda de Iauaretê, que chegou em Manaus no ano de 1964 e trouxe sua mãe e seu irmão no ano de 1996.

Acrescenta que a população adulta de Manaus está majoritariamente constituída por imigrantes dos anos 1970 e 1980, pessoas que vieram e se estabeleceram nas periferias da cidade por motivos diversos, segundo suas particularidades e suas regiões (BERNAL, 2009, p.158). Incluindo assim tanto os Sateré-Mawé quanto as populações do Alto Rio Negro.

Na década de 1970 os indígenas do Rio Içana tinham os tuxauas, cujas funções eram de liderança nos trabalhos coletivos, conduziam as cerimônias e agiam como intermediário do seu povo com relação aos de fora. Galvão diz que nesta época para o grupo local reconhecer o status de tuxaua, tinham como condição que este viajasse até Manaus e ali receberia uma carta autorizada do governo. Esta migração que poderia ser por um período até de curto prazo, constituía o ponto alto da figura de um chefe (GALVÃO, 1979, p.175-176). Desde a década de 1970 os indígenas do alto rio Negro já desciam rumo aos centros urbanos.

Embora o ponto de partida das migrações seja a década de 1970, elas seguem acontecendo até os dias de hoje. O que nos leva a perguntar, o porquê dessas migrações? O que atraiu e ainda atrai esses indígenas à capital do Amazonas? O que faz com que deixem suas casas onde muitos dizem ser o melhor lugar de se viver, e abandonar tudo em busca de um novo lar em um mundo diferente?

Fatores de atração

Muitos são os fatores que atraíram os indígenas à cidade de Manaus, cada um com suas particularidades étnicas, regionais e individuais. Mas fato é que na década de 1970, com o avanço econômico de Manaus, principalmente com a ascensão da Zona Franca gerando oportunidades de empregos, várias pessoas interioranas foram atraídas para tentar a vida na capital, incluindo assim os grupos indígenas. Exemplo disso é o caso dos Sateré-Mawé como Teixeira, Mainbourg e Brasil bem pontuaram e confirmaram este fenômeno:

as migrações indígenas com destino a Manaus, em seu período mais intenso – a partir dos anos setenta –, ocorreram no âmbito dos intensos fluxos migratórios atraídos pelas oportunidades de emprego criadas com a implantação da Zona Franca de Manaus (1967), (2009, p.543).



Mainbourg et al (2008) analisando o porquê da migração para Manaus diz que “para a população indígena, a migração constitui fenômeno que se intensifica proporcionalmente ao agravamento da situação econômica, social e cultural nas áreas indígenas” (p.199).

A influência econômica nas aldeias gerou mudanças locais, o indígena sai em busca de seus interesses para buscarem melhores condições de vida na cidade. Porém, como anteriormente mencionado, o fator econômico não é o único fator de migração, como fica evidente no caso Apurinã:

Está diretamente vinculada além da busca pela saúde, a busca pelo trabalho, mas principalmente foram os conflitos internos entre membros dos próprios grupos ou entre aldeias vizinhas e com “medo de matar ou morrer” muitas famílias abandonam o lugar de origem, para ir em busca de novas terras” (MARTINS & NOGUEIRA, 2010, p.6)

Martins e Nogueira destacam aqui os conflitos internos como principal causa migratória, trazendo a ideia de que em suas aldeias os indígenas não vivem em total harmonia como está na mente de muitas pessoas. Eles têm seus conflitos internos e seus problemas que às vezes são tão graves que levam a migrarem em busca de viverem sem medo de serem o autor ou a vítima de uma possível morte.

Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009), analisando os fatores que os atraíram para a cidade, sugerem que as transformações ocorridas no país refletiram no cotidiano da população indígena.

[...] grande parte dela, ou por não ter legalizada a terra em que vivia, não possuir meios de nela sobreviver, não desfrutar condignamente de serviços sociais básicos, ou simplesmente ser atraída pela vida urbana (especialmente os jovens), acabou por migrar para as cidades (p.534-535).

Estes são motivos apresentados de migrações para cidades de maneira geral, mas Manaus também está incluída. Segundo as pesquisas realizadas eles ainda destacam que, “80 migrantes Tukano da amostra de Manaus (mesma quantidade dos Sateré-Mawé) declararam igualmente a procura de trabalho e os motivos educacionais como causas da migração, citadas, cada uma, por 31% dos entrevistados” (2009, p. 542).

Mas os motivos ainda não param por aí. Bernal (2009), em sua leitura sobre o porquê das migrações para o contexto urbano da capital, diz que:



uns vieram buscar um trabalho ou foram mandados por missionários ou funcionários do governo para trabalhar como domésticos. Outros emigraram por motivos de insegurança nas suas regiões de origem ou seduzidos pelos encantamentos dos “civilizados”. Outros, ainda, se instalaram recentemente enquanto representantes de organizações étnicas (BERNAL, 2009, p.29).

Em outros casos, mostra a constância do movimento portuário de Manaus, aonde chegam barcos quase diariamente vindos do rio Negro e várias pessoas aportam ali, dentre elas uma quantidade expressiva de indígenas viajantes que são “parentes ou amigos em visita, comerciantes de farinha ou produtos artesanais, doentes indo para o hospital, jovens escolares ou estudantes na cidade, migrantes que pretendem instalar-se em Manaus etc. Todos estão em busca de um futuro melhor na grande cidade” (p.60).

Vale ressaltar o apontamento de Bernal sobre todos terem a expectativa de uma vida melhor nos centros urbanos. Cita também os conflitos nas comunidades como resultantes de migrações para cidade. Relata o caso de duas famílias que “vinham dos territórios indígenas para fugir de um conflito que podia levar a um enfrentamento interfamiliar violento”. Ele menciona também outros motivos, como certas mulheres da etnia Sateré-Mawé que teria se deslocado inicialmente para trabalhar na cidade em tarefas domésticas ou para estudar, ou por terem casado com não-indígenas, entre outros motivos, o que “abriu a era da migração” (BERNAL, 2009, p.97).

Silva (2013), relatando a história de alguns Tikuna que migraram para Manaus, cita o exemplo das primeiras famílias que saíram do Alto Solimões, incentivadas pela “notícia de que a família de Reginaldo havia se “dado bem” motivando assim outras famílias a irem para Manaus na mesma perspectiva” (p.44). Neste caso, a migração também ocorreu na esperança de uma vida melhor.

Pode-se observar com isso, que as redes sociais dos indígenas na cidade geram bastante influência na migração. Segundo Bernal (2009, p.60-61) citando o caso do Sr. Inácio, indígena Baré que vivia no interior do Rio Uaupés, foi convidado pelo sobrinho também indígena do povo Desana, a ir com ele para cidade e participar com caboclos da invasão de terrenos baldios nos arredores de Manaus.

Alguns indígenas, ao adquirirem certa experiência na cidade, mantendo uma rede relacional com parentes ou com pessoas de suas terras de origem, exercem assim determinada influência. Não seria exagero afirmar que quanto maior a rede social constituída por um determinado povo indígena na cidade, maior a propensão dos membros desse povo nas áreas indígenas a migrar com destino a Manaus (TEIXEIRA, MAINBOURG & BRASIL, 2009).



Bernal (2009) apresenta uma lista de fatores que caracterizam, segundo ele, essa mobilidade e causas das migrações indígenas na Amazônia:

A ausência parcial e às vezes total de possibilidades de estudo para as crianças e os jovens; A dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde; As condições difíceis de mobilidade e o preço muito elevado do combustível; A dificuldade de encontrar serviços e produtos de necessidades básicas; A atração exercida pelos centros urbanos; particularmente sobre os jovens já iniciados – ou, pelo menos, instigados – ao consumo de bens que se encontram apenas na cidade, especialmente das atividades lúdicas ou recreativas; A presença de parentes próximos já acostumados à vida urbana e à representação que dela se faz; A facilidade de consumir álcool nos centros urbanos, sem controle social importante (p.158).

Em um seminário realizado em Manaus promovido pela Pastoral do Migrante, Pastoral Indigenista e Rede de Assessores e Cuidantes da Juventude no Centro de Formação da Arquidiocese de Manaus (Cefam), alguns indígenas fizeram interessantes relatos sobre o assunto migração. Gabriel, indígena Tukano de Iauaretê, veio a Manaus “para estudar, e para isso foi seminarista, como muitos tem feito”. Jaime Diakara também motivado pelo estudo migrou para capital, e relatou outros fatores que cooperam para o êxodo rural como “estudo, trabalho, exército e saúde”, e que por não terem apoio em suas terras de origem para colocar em prática o conhecimento adquirido, não voltam para as aldeias permanecendo assim, na cidade. E segue dizendo que “Manaus é apresentada ao índio como local de afirmação do direito do índio, um lugar de oportunidade e segurança” (LOURENÇO, 2016).

Pode-se sugerir que nestes casos citados os fatores de atração foram a busca de emprego, a situação socioeconômica desfavorável em aldeias, busca por saúde, educação, fuga de conflitos em aldeias, casamento com não indígenas, representatividade das organizações étnicas, expectativa de uma vida melhor, fácil acesso a produtos manufaturados.

Conforme apontou Cardoso de Oliveira (1972), parece que a mesma razão fundamental do contato subjaz aos motivos da urbanização, sendo estes apenas resultantes daquela, ou seja, o interesse econômico e as novas necessidades por este geradas é que o motiva a urbanizar-se.

Como visto, não são poucas as causas que levam os indígenas a migrarem para a cidade e quase na totalidade partindo da iniciativa do próprio indígena em busca de melhoria de vida. Mas uma vez na capital, onde eles se estabelecem? Quais os locais de sua moradia?

Principais núcleos de aglomeração



Apesar do grande número de população indígena na cidade, não são todas as comunidades, assentamentos ou invasões etnicamente homogêneas. Enquanto alguns se organizam em grupos étnicos e tem suas comunidades já bem instaladas, vários outros ainda lutam por um local de moradia junto a uma comunidade multiétnica e algumas dessas não são constituídas somente por indígenas, havendo também mistura entre indígenas e não indígenas na busca por um pedaço de terra visando um possível lar.

Para Bernal, ao trabalhar com os indígenas em Manaus a impressão que se tem é de existir dois tipos de grupos:

O primeiro deles de caráter muito mais estável, instalado às vezes há duas ou três gerações na cidade; o segundo, completamente móvel, difícil de encontrar de maneira não episódica, constituído por pessoas que não são estabelecidas de forma permanente na cidade, ou que, se forem, não participam regularmente das redes de associação formal das suas respectivas etnias (2009, p.242).

Neste caso pode-se entender que há algumas comunidades instaladas e fortes, mas há muitos indígenas espalhados por toda cidade. Numa pesquisa realizada por Martins e Nogueira (2010), foram visitadas 20 residências Apurinã e viu-se um número “bastante considerável de 3 a 4 famílias morando próximo umas das outras”, citando os bairros de maiores concentrações de Apurinã, como: Val Paraíso, Mauzinho I e II, Cidade de Deus, João Paulo, Monte Sião, Presidente Vargas, Compensa II, Glória e São José II. Destacam-se os bairros Val Paraíso e Presidente Vargas, onde as famílias moram na mesma rua ou constroem mais de uma casa no mesmo terreno, preservando os fortes laços familiares (p.5).

No bairro Cidade de Deus, há uma comunidade Tikuna cujo nome é Wotchimaücü que já se encontra devidamente instalada. É constituída por aproximadamente 18 famílias, totalizando cerca de 120 pessoas (SILVA, 2013, p.30). Na comunidade eles têm seu jeito de ser e maneira de viver, sua língua permanece ativa, e até mesmo algumas festas e rituais preservados apenas com algumas mudanças. Nos dias de hoje já funciona no local um centro comunitário onde desenvolvem suas atividades, inclusive seus cultos religiosos.

Nem sempre os grupos se ajuntam e formam uma comunidade indígena. Muitos vivem espalhados pelas cidades mantendo relacionamentos em algum ponto de encontro. Alguns grupos têm suas associações para lutas, enquanto outros permanecem com suas lutas individuais, como afirma Bernal:

Alguns grupos criaram suas próprias organizações; enquanto outros se mantêm voluntariamente num estado de “desorganização organizada” como forma de resistência e



de afirmação e autonomia cultural. Existem grupos familiares ou regionais estabelecidos em áreas da cidade mais ou menos contíguas; outros se instalaram em lugares afastados da cidade e se encontravam apenas em locais estratégicos, tais como bares, praças públicas, locais de vida noturna, ou em determinadas ocasiões ou festas (2009, p.29).

Já os Sateré-Mawé estão em uma comunidade instalada há décadas, que se localiza entre o Conjunto Residencial Santos Dumont e o bairro da Redenção. Os indígenas desta etnia e os Tikuna são os dois grupos de maior estabilidade, como pontuou Mainbourg, Araújo e Almeida (2002):

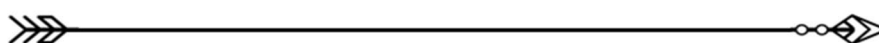
entre as etnias, os Sateré-Mawé e os Tikunas têm mais estabilidade econômica, sendo significativamente assalariados ou aposentados, em relação aos “alto-rio-negrinos” e aos índios de outras etnias, que vivem mais de biscates ou artesanato ou são autônomos ou ainda desempregados (p.5).

Santos e Rubim (2013), fazendo as pesquisas para Nova Cartografia Social da Amazônia, dizem que no bairro Puraquequara II, no ramal do Brasileirinho, km-8, ramal-08, está localizada a comunidade Nova Esperança, da etnia Kokama. Desenvolvem ali uma “roça comunitária” e em seus encontros a Associação dos Índios Kokama residentes em Manaus foi fortalecida, com “80 famílias associadas, totalizando 280 Kokama, incluindo famílias que residem no entorno da comunidade”.

A comunidade conhecida como Nações Indígenas, está localizada no bairro Tarumã, na Zona Oeste da cidade e é constituída de 12 etnias. Na área vivem cerca de 1.300 pessoas de 300 famílias indígenas. Eles afirmam que o terreno foi ocupado com a chegada dos primeiros moradores no dia 19 de abril de 2011 (Farias, 2015).

No Tarumã Açu, zona oeste de Manaus, está localizada a ocupação Parque das Tribos. Habitam ali cerca de 200 famílias, que representam 17 povos da Amazônia (SANTOS, 2015). O assentamento Sol Nascente está localizado à Rua Caixana, Conjunto Francisca Mendes, zona norte da cidade, somando cerca de 160 famílias. Há também 25 famílias na comunidade Paxiubau, no bairro Santa Etelvina, zona norte (MEDEIRO, 2016). Medeiros (2016), em uma entrevista com Turi, coordenador da COPIME (Coordenação dos Indígenas de Manaus e Entorno), diz haver em Manaus 45 comunidades indígenas e outras 25 no seu entorno.

Alguns indígenas já moram em comunidades bem estabelecidas, enquanto outros estão em processo e ainda outros em invasões. Mas quais são os principais problemas que eles enfrentaram ou enfrentam ao chegarem à cidade?



Principais problemas sociais encontrados

Apesar de virem para a cidade em busca de soluções para seus problemas sociais das aldeias, ao chegarem a Manaus não são poucos os problemas enfrentados por estes indígenas. Encontram barreiras para se urbanizar assim como desafios de infraestrutura, terreno para moradia, educação, saúde e discriminação dentre outros.

Silva (2013, p.50) aponta as dificuldades estruturais encontradas pelos Tikuna: “As famílias logo que chegavam moravam em quartos alugados, espaços pequenos e escuros em Bairros da Cachoeirinha, Petrópolis, Japiim, Raiz entre outros”. O processo de deslocamento de seu território e o reordenamento socioeconômico gerou momentos de grandes desafios para esta população.

O convívio com o novo sempre foi um desafio, e isto não é diferente com relação aos indígenas ao saírem de suas aldeias e terem agora de encarar a vida na cidade, com um sistema bem diferente de suas rotinas, como foi o exemplo também dos Tikuna:

morando de aluguel, conviver com outra língua, outros costumes, decidir ir morar numa invasão chamada “Cidade de Deus” sem a mínima estrutura, para assim sair do aluguel, depois de andar cerca de um quilometro para tomar o ônibus e se deslocar para outras áreas da cidade e, principalmente, fazer se perceber e ser aceito como diferente num lugar que não é mais o seu (SILVA, 2013, p.45).

Estes são alguns dos desafios encontrados ao chegar na cidade. E além da dificuldade para se instalarem em um local, enfrentam uma nova rotina totalmente diferente do que conheciam, bem como, enfrentam rejeição de muitos da população nacional.

A instalação dos Sateré-Mawé em um local fixo também foi muito trabalhosa. Houve um momento em que viviam em um bairro próximo ao centro de Manaus, onde foram expulsos pela prefeitura, seguido de uma promessa de terreno. Arrastando-se durante meses de sítio em sítio, chegou um tempo em que decidiram apropriar-se de uma área deserta entre o conjunto residencial Santos Dumont e o bairro Redenção. “Naquela época, esse lugar era nada mais do que um terreno baldio, onde os habitantes de Santos Dumont jogavam lixo” (BERNAL, 2009, p.104).

Seguindo essa mesma referência, uma vez que ocuparam o terreno houve reações não muito pacíficas por parte dos vizinhos. Seguiam-se denúncia de invasão, aparecimento de falsos proprietários e se caso construíssem alguma infraestrutura, vizinhos mandavam pessoas para demolirem. Há relatos de confrontos entre os habitantes de Conjunto Santos Dumont, que jogavam pedras e lançavam insultos, e os índios, que respondiam com flechas:



os brancos não queriam ver o terreno invadido pela miséria e a ameaça desconhecida dos índios. Diante de tudo isso, até mesmo pegar o ônibus para dentro do bairro era difícil para os indígenas devido ao medo. Após esses conflitos, o grupo Sateré-Mawé ficou conhecido ante outros grupos como agressivo e briguento, gerando assim uma visão estereotipada não somente na população nacional como entre outras etnias que estão na cidade (BERNAL, 2009).

Os conflitos por ocupações de terras são temas bem polêmicos na questão de urbanização, mas ficam evidentes as dificuldades que enfrentam nesse tema de territorialidade. Às vezes o mesmo indígena ou até mesmo a mesma família passa por várias ocupações diferentes devido ao mandato de reintegração de posse, o que obriga eles a saírem do terreno ocupado e conseqüentemente invadirem outra área, até encontrarem um local onde possam permanecer.

Ao chegarem na cidade, enfrentam várias dificuldades de estabelecimento, preconceito, moradia, locomoção, conflitos dentre outros. Mas, será que depois de já instalados e alguns desses problemas já resolvidos, os indígenas estão isentos de outros problemas? Uma vez urbanizados, quais os problemas enfrentados?

Principais problemas resultantes da urbanização

Quando os indígenas se instalam, depois de já terem passado por muitas lutas e conflitos, existem também outros problemas resultantes, como: conflitos latifundiários, processo de manipulação de lideranças politizadas, baixo índice de escolarização, dificuldades na saúde, perda do conhecimento tradicional, transformação na organização social, perda linguística, discriminação, envolvimento com drogas, desemprego e exploração, além da perda dos benefícios governamentais que usufruíam enquanto indígenas aldeados.

Uma vez inseridos na cidade, como bem pontuou Cardoso de Oliveira (1996) em relação aos Tikunas do Alto Solimões, “a experiência etno-sociológica indica que se nas etapas iniciais do contato interétnico a oposição índio/branco é a mais irreduzível, nas etapas seguintes é a oposição ‘classe alta’/‘classe baixa’ que começa a ganhar consistência” (p.148). Assim inseridos na sociedade envolvente começam a ter noção de classes, uma vez que estão entre as regiões periféricas e conseqüentemente das dificuldades oriundas destas.

As comunidades que estão em bairro de periferia, como os Tikuna, vivem sem asfalto e saneamento básico. Todas as comunidades indígenas de Manaus se instalam em



lugares como este e vivem “sem políticas públicas específicas, como as que atendem os indígenas que ficaram nas aldeias” (SILVA, 2013, p.47).

De acordo com Martins e Nogueira, o trabalho dos Apurinã de Manaus “está relacionado à exploração da mão de obra barata” (2010, p.6), conseqüentemente, não têm direitos trabalhistas e vivem da economia informal. As mulheres trabalham sem carteira assinada, enquanto os homens realizam trabalhos braçais em propriedades privadas.

A discriminação é outro caso que resulta da urbanização, que, segundo Peixoto e Albuquerque (2007) destacam em dois fatores: (1) na escola, quando são identificados como indígenas; (2) nos postos de saúde, quando questionados se são indígenas, do qual obtendo-se resposta positiva, são orientados a procurarem a FUNASA sem receberem assistência local (p.2). Martins e Nogueira dizem que “os diferentes povos e culturas, principalmente os indígenas, sofrem muita discriminação na cidade, mas ao mesmo tempo vão criando formas de resistência nessa relação social conflituosa” (2010, p.4).

Esta discriminação não é praticada somente pela sociedade nacional, mas às vezes acontece dentro do próprio povo ou grupo étnico das aldeias de origem, como é o caso dos Tikuna:

[...] na concepção daqueles que lá ficaram, quem saiu é porque ‘não quer mais ser índio’ ou seja, uma vez fora, sempre fora. E para não criar atritos com os demais parentes eles optam em permanecer na cidade e continuar a sua história de lutas. É também uma forma de dizer que o grupo que está em Manaus sabe lutar por seus direitos revela Bernardino (SILVA, 2013, p.33).

Neste caso, os indígenas Tikuna que migraram para Manaus, não enfrentam problemas somente com a sociedade nacional, mas também sofrem discriminação entre seu próprio povo. Um outro problema enfrentado resultante da urbanização é a perda linguística de vários grupos étnicos, de gerações posteriores aos primeiros migrantes. Como constatou Bernal entre os indígenas rio negrinos:

As pessoas da primeira geração de imigrantes, geralmente com idade de mais de 55 anos, falam as línguas das suas etnias, especialmente o tukano ou o nheengatú. A segunda geração de índios imigrantes, que chegaram já adolescentes ou muito jovens, foi educada em tukano como língua familiar, mas utiliza o português como língua dominante. Finalmente, entre aqueles que formam a terceira geração - nascidos na cidade -, muitos poucos entendem sua língua nativa e quase nenhum a fala (BERNAL, 2009, p.72).



No quesito saúde, tanto em busca de atendimento quanto em melhorias para comunidade já instalada na cidade, “não há um sistema de informações voltado aos indígenas que residem nas cidades, dado que o atendimento médico nas áreas urbanas não é diferenciado para indígenas e não indígenas” (MAINGOURG et al, 2008, p.193). E que “a população indígena que se encontra na área urbana é absorvida pelo SUS como qualquer cidadão, independentemente de sua etnia/cor/raça” (MAINGOURG et al, 2008, p.202). Sendo assim, não recebem tratamento diferenciado na cidade como dantes nas aldeias. Enfrentam as mesmas dificuldades da população nacional ou até maiores devido a limitação na comunicação em português.

Vários são os motivos para o indígena buscar o serviço de saúde, que “vão desde um simples resfriado até uma infecção pelo plasmódio da malária”. Ao chegarem ao centro de saúde esperam normalmente por ordem de chegada, até esgotar as fichas do dia, ou quando há uma articuladora indígena, ou se for reconhecido como tal passa a ser inserido no atendimento da unidade (MAINGOURG, et al, 2008, p.203). Esta é uma das exceções no atendimento, porém nem sempre há esta pessoa central para articular e acompanhar o indígena em seu atendimento.

A falta do domínio da língua portuguesa gera dificuldades no atendimento dos profissionais de saúde, isso se dá tanto durante as consultas, quanto nas atividades de educação em saúde. E não somente a dificuldade linguística, como também “adequação cultural da atuação dos profissionais, pois a percepção do processo saúde/doença das populações indígenas é muito diferente da percepção da sociedade nacional”. Somando tudo isso, encontram-se vários problemas na busca pela saúde (MAINGOURG et al, 2008, p. 205).

Quando o problema é moradia, alguns já lograram o êxito da vitória em adquirir seu terreno, até sua casa e até mesmo sua comunidade étnica. Mas o fato de se ter uma área legalmente reconhecida não é sinônimo de problemas resolvidos, é apenas o início desta busca por melhorias, que na maioria das vezes resultam em expectativas frustradas. Exemplo disso são os Tikuna que mesmo diante da comunidade já instalada de maneira legal, ainda assim enfrentam vários problemas, pois:

apesar de terem mecanismos (associação) para lutar por melhorias para a comunidade, na prática não se reflete ou pelo menos não reflete o que deveria ser em termos de avanços para a comunidade, já que a grande bandeira de luta é que seja erguida uma escola na própria comunidade, além de também um posto de saúde (SILVA, 2013, p.45)



Sobre a busca por direitos na cidade, “a questão território, saúde, educação e trabalho são conquistas individuais e coletivas das comunidades indígenas dentro de um campo de lutas” (SILVA, 2013, p.33). Não há nesta camada social uma assistência direta dos poderes públicos.

Interessante notar que mesmo diante de tantas dificuldades, desilusões, preconceitos, falta de atendimento na saúde, educação especializada e sem a devida atenção que tinham na aldeia, ainda insistem em permanecer na cidade. O que nos faz questionar o porquê? O que motiva estes indígenas a permanecerem na cidade, de maneira que mesmo diante das dificuldades eles preferem ficar a retornar para suas terras de origem? Valendo lembrar que, a rigor, nada lhes obriga a migrarem para a cidade, assim como nada lhes impede de regressarem para suas aldeias.

O que motiva a permanência na cidade?

Muitas são as complicações que os migrantes indígenas encontram na cidade. Se antes em suas terras eles tinham voz, subsistência, saúde especializada, educação diferenciada e na cidade enfrentam privações nessas e noutras áreas, o que faz com que permaneçam?

Mainbourg, Araújo e Almeida (2002), ao fazerem uma análise sobre o não retorno dos chefes de casa para comunidade de origem segundo seu tipo de renda, constatou que:

Entre as famílias onde apenas uma pessoa está trabalhando, os motivos invocados de forma predominante, para explicar o não retorno para comunidade de origem, são financeiros ou ainda encaixados nos termos “não gosta do lugar” que podem ter vários significados ligados a obrigações e dificuldades decorrentes da estadia temporária lá, na comunidade (p.8).

Mesmo que em alguns casos a razão do não retorno seja por motivos financeiros, fica claro que em outros casos, alguns indígenas não voltam para comunidade de origem porque não gostavam do lugar.

Ainda que haja grandes dificuldades para se ganhar a vida na cidade, e não terem sua roça como antes tinham em suas comunidades, ainda assim preferem enfrentar a luta diária e perseverarem na capital. Um desses motivos de preferência, é o exemplo de Sebastiana Tikuna, da comunidade instalada na Cidade de Deus:

[...] é moradora da comunidade, mas já estive “várias vezes”, visitando a sua aldeia de origem em busca de matéria-prima para confecção do artesanato, revela que sente uma saudade muito grande da sua roça, principalmente, e toda vez que se lembra desse detalhe ela chora com saudade de sua terra, mas que prefere morar em Manaus, já se acostumou,



apesar de não ter a mesma assistência que os seus parentes que hoje estão nas aldeias, revela (SILVA, 2013, p.33).

Nos momentos em que os Apurinã se encontram e se atualizam das últimas notícias, Martins e Nogueira dizem que: “nesses momentos buscam lembranças, principalmente das faturas de comida, saudade da abundância de peixe. Apesar da saudade de seu lugar de origem, os Apurinã ressaltam que é na cidade onde se pode viver melhor, longe dos conflitos” (2010, p.7).

Neste caso é provável que estão lembrando das aflições resultantes dos conflitos locais nas comunidades, e como isto causava medo e ansiedade. Além disso comparam o viver na comunidade em meio a abundância com o viver na cidade em meio à escassez e concluem que viver na cidade é viver melhor.

Ao que parece, em última análise a motivação para se permanecer na cidade é basicamente a mesma que torna o contato efetivo e gera as migrações, ou seja, o fator econômico. Sendo que o contato se efetiva dentro de um jogo de interesses comerciais, com oferta de um lado (não indígena) e procura do outro (indígena), novas necessidades surgem desse processo, novas aspirações, desejos e capitais simbólicos.

A migração e urbanização se dão em função da busca pela satisfação desses desejos e a permanência nos centros urbanos é motivada e justificada igualmente por esta busca. Os produtos da economia de mercado se tornam mais valoráveis que os produtos da natureza, o satisfazer as novas necessidades de conforto, consumo, evolução social, o “civilizar-se”, se torna mais premente que a própria subsistência. No fundo, o que motiva o indígena a permanecer na cidade mesmo em contexto de prejuízo sociocultural, são seus próprios desejos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a urbanização indígena se dá a partir do contato, gerado por interesses de ambas as partes, branco/indígena. E que efetivado o contato a economia de mercado é introduzida na cultura indígena e passa a fazer parte dela, gerando novos e diferentes necessidades, interesses e desejos. A urbanização é resultante desse processo e traz consigo suas complexidades.

As migrações para Manaus aumentaram em processo contínuo após a instalação da Zona Franca, mas quando vários indígenas chegaram na cidade encontraram dificuldades. A falta de infraestrutura, o preconceito, o acesso a saúde, falta na educação e até mesmo uma



educação diferenciada, dificuldade com a língua, são fatores que não facilitam em nada a instalação definitiva deles na cidade.

Uma vez que vieram em busca de melhoria e agora já instalados outros problemas são levantados, como a discriminação, os conflitos com a vizinhança, a perda linguística, perda dos costumes, desemprego e outros desafios da nova vida.

Mesmo diante de muitas lutas e poucas conquistas, os indígenas têm preferido permanecer na cidade ao voltar para terra de origem. Alguns alegam não gostarem da comunidade, outros preferem a cidade e ainda outros dizem que na capital é onde se pode viver melhor.

As migrações ainda continuam, indígenas chegam à cidade a cada ano, por vários fatores. É necessário um olhar mais voltado para o indígena no meio urbano e pesquisas mais acuradas nas suas diversas áreas, em meio a tantas perguntas decorrentes desse fenômeno da migração para Manaus e seus processos de urbanização.

Esse texto procurou apontar possíveis motivações que permeiam os processos de contato, migração, urbanização e permanência nos centros urbanos. Muitas variantes podem ser avaliadas em pesquisas posteriores, como a relação da identidade com o processo de urbanização, as reconfigurações identitárias resultantes do mesmo processo, a relação dos indígenas urbanizados com seus parentes aldeados e tantos outros aspectos de grande riqueza etnográfica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos Sandro Carvalho de; PEIXOTO, Shirley Cintra Portela de Sá. Turismo étnico indígena: meio de sustentabilidade para os índios urbanos da cidade de Manaus. **Revista Eletrônica Aboré**. Manaus, v. 1, n. 3, 2007

ANAIS XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, ESPAÇO DE DIÁLOGOS E PRÁTICAS. **Crise, práxis e autonomia: espaços da resistência e de esperanças**. Porto Alegre, 16, 2010.

AZEVEDO, Marta Maria. **Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, v. 15, 2006.

BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios urbanos**: processo de reconfiguração das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BRASIL, Marília; TEIXEIRA, Pery. **Migração dos povos indígenas e os censos demográficos de 1991 e 2000**: o caso das capitais estaduais. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 15, 2006.



CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

_____. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. **O índio e o mundo dos brancos**. Campinas: UNICAMP, 1996.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **As Migrações entre os Sateré-Mawé, povo indígena da Amazônia Brasileira**. Caxambu, v. 16, 2008.

Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/abep2008_1210.pdf. Acesso em: 23 abr. 2016.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006, Caxambu, MG. **Migração dos povos indígenas e os censos demográficos de 1991 e 2000: o caso das capitais estaduais**. Disponível

em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_828.pdf> Acesso em 16 jun. 2016.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Amazonas.

Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira. 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_842.pdf> Acesso em 16 jun. 2016.

FARIAS, Elaíze. **Justiça Federal manda retirar indígenas de terreno da Prefeitura de Manaus**. Amazônia Real. Manaus, 2015. Disponível em:

<<http://amazoniareal.com.br/justica-federal-manda-retirar-indigenas-de-area-ocupada-ha-quatro-anos-da-prefeitura-de-manaus/>> Acesso em: 07 jul. 2016.

GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE detalha dados sobre povos indígenas**. ISA, Instituto Socioambiental. Blog do Monitoramento. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/ibge-detalha-dados-sobre-povos-indigenas>> Acesso em 06 jul. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html> Acesso em 06 jul. 2016.

LIMA, Luís Augusto Pereira, et al. **Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Manaus: UEA, 2009.

LOURENÇO, Ana Paula Gioia. **Migrantes e indígenas debatem sobre processo migratórios e seus impactos**. Manaus: Arquidiocese de Manaus. Disponível em: <http://www.arquidiocesedemanaus.org.br/noticias_ver/Migrantes_e_indigenas_debatem_sobre_processo_migratorios_e_seus_impactos> Acesso em: 07 jul. 2016.

MAINBOURG, E. M. T. et al. População indígena da cidade de Manaus: demografia e SUS. In: ALMEIDA, A.W.B.; SANTOS, G.S.S. **Estigmatização e território:**



mapeamento situacional dos indígenas em Manaus. Manaus: Ed. Universidade Federal do Amazonas, 2008.

MAINBOURG, Evelyne Marie Therese; ARAÚJO, Maria Ivanilde; ALMEIDA, Iolene Cavalcante de. População indígena da cidade de Manaus inserção na cidade e ligação com a cultura. In: **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, XIII, 2002, Ouro Preto.

MARTINS, Rozinei Lima; NOGUEIRA, Amélia Regina B. A territorialidade indígena na cidade de Manaus: o caso dos Apurinã. In: **Encontro Nacional dos Geógrafos**, XVI, 2010, Porto Alegre.

MEDEIROS, Girlene. **Em Manaus, indígenas serão retirados de ocupações irregulares.** D24am. Manaus, 18 maio 2016. Disponível em: <<http://new.d24am.com/amazonia/povos/manaus-indigenas-serao-retirados-ocupacoes-irregulares/152104>> Acesso em: 07 jul. 2016.

MONTE, Edmundo. **Migrações Xukuru do Ororubá: São Paulo e o “Sul” (1950-1990).** 2010. Disponível em <<http://edmundomonte.com.br/wp-content/uploads/2015/02/artigo-edmundo-abep-2010.pdf>> Acesso em: 06 jul. 2016

PEIXOTO, Shirley Cintra Portela de Sá; ALBUQUERQUE, Carlos Sandro Carvalho de. Turismo étnico indígena: meio de sustentabilidade para os índios urbanos da cidade de Manaus. **Revista Eletrônica Aboré.** Manaus, n.03, 2007. Disponível em <http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/Shirley%20Cintra%20Portela%20de%20Sa%20Peixoto.pdf> Acesso em: 10 jul. 2016.

SANTOS, Glademir Sales dos. **Reintegração de posse contra a organização indígena Parque das Tribos, no Bairro Tarumã.** Nova Cartografia Social da Amazônia. 05 ago 2015. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/reintegracao-de-posse-contr-a-organizacao-indigena-parque-das-tribos-no-bairro-taruma/>> Acesso em 07 jul. 2016.

SANTOS, Glademir Sales dos; RUBIM, Altaci Correa. **Pesquisadores na comunidade Nova Esperança Kokama do ramal do Brasileirinho, na cidade de Manaus-AM.** Nova Cartografia Social da Amazônia. 01 jul. 2013. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/pesquisadores-na-comunidade-nova-esperanca-kokama-do-ramal-do-brasileirinho-na-cidade-de-manaus-am/>> Acesso em: 07 jul. 2016.

SILVA, Aldenor Moçambique da. **A inserção dos Tikuna no tecido social urbano de Manaus.** 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2013.

TEIXEIRA, Pery; MAINBOURG, Evelyne Marie Therese; BRASIL, Marília. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. **Caderno CRH**, v. 22, n. 57, p. 531-546, 2009.

TEIXEIRA, Pery; SENA, Raylene Rodrigues de. **As Migrações entre os Sateré-Mawé, povo indígena da Amazônia Brasileira.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVI, 2008, Caxambu.

